



## **Janaína Storti**

Bom dia, bom dia a todos. Eu sou Janaína Storti, Head de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Obrigada por participarem de mais uma live de resultados. O nosso evento vai ser conduzido em português com tradução simultânea para o inglês. Você pode escolher entre três opções de áudio: o original, português ou inglês. Para conversar aqui hoje sobre os nossos números, estão comigo a nossa CEO, Tarciana Medeiros, online de Belém. E aqui do estúdio estão comigo o nosso CFO, Geovanne Tobias, o nosso CRO, Felipe Prince, e o vice-presidente de agronegócios e agricultura familiar, Gilson Bittencourt. Para iniciar, a gente tem uma apresentação breve da Tarciana sobre o resultado que foi gravada. São cinco minutos e a gente volta na sequência, ok? Vou pedir para o pessoal colocar o vídeo.

## **Tarciana Medeiros**

Olá, pessoal. É uma satisfação estar aqui com vocês diretamente de Belém, reforçando nosso compromisso com a transparência ao apresentar os nossos resultados. O lucro do terceiro TRI foi de R\$ 3,8 bilhões, estável em relação ao segundo TRI. Como já destaquei em outras oportunidades, 2025 é um ano de ajustes. A partir deles e da execução disciplinada da estratégia, estamos atravessando essa turbulência. É importante reforçar que a resiliência do nosso balanço tem permitido absorver os impactos do aumento da inadimplência do agro e de mudanças regulatórias que trouxeram alterações importantes na forma com que a gente faz a gestão do risco de crédito. Para além disso, esse ano também nos trouxe a oportunidade para demonstrar na prática a força dos mais de 120 mil colaboradores em todo o conglomerado, unidos no compromisso de construir resultados sustentáveis e de longo prazo. Começamos 2025 com uma perspectiva mais positiva, que foi frustrada logo no início do ano por uma situação totalmente atípica no segmento agro. Nossa resposta foi rápida e diligente. Aprofundamos análises e implementamos mudanças táticas, estratégicas e operacionais, que já dividimos com vocês ao longo desses últimos meses. Mesmo diante de um cenário adverso, nós escolhemos fortalecer nossa parceria histórica com os produtores rurais, atuando com responsabilidade para combater a sobreavaliação e o aumento da inadimplência observada em algumas culturas e regiões relevantes. Mais do que reconhecer o desafio, engajamos os agentes nacionais na construção de uma solução estruturada e sustentável para o setor, que tomou forma na edição da MP 1314. A nossa capacidade de geração de negócios permanece sólida. A margem financeira bruta apresentou crescimento consistente no TRI e atingiu R\$ 26,4 bilhões, exatamente como havíamos projetado. Um exemplo que merece destaque é o nosso desempenho no Crédito do Trabalhador. Desde o lançamento, adotamos uma estratégia de crescimento baseada na confiança de quem conhece esse segmento. Já desembolsamos quase R\$ 11 bilhões em mais de um milhão de operações, mantendo excelente nível de escrituração.

Nossa ambição é alcançar 20% de participação do mercado em linha com a participação justa e histórica que temos no crédito consignado. O crédito nessa linha tem promovido uma mudança relevante no mix, que já se reflete positivamente no *spread*, contribuindo para a elevação das receitas de crédito



e, conseqüentemente, da margem financeira bruta. Outro ponto positivo foi a resiliência do nosso capital principal, que encerrou o TRI em 11,16%, dentro do nível que julgamos adequado para o Banco do Brasil. Tivemos um aumento no custo do crédito, que atingiu R\$ 17,9 bilhões, e foi o principal detrator do resultado. As provisões foram fortemente afetadas pelo agro, cuja inadimplência superou 5%. Essa elevação reflete a concentração dos vencimentos das culturas de soja e milho no terceiro TRI e a aprovação da MP 1314, que levou muitos produtores a adotar uma postura de espera pelos seus desdobramentos. Na pessoa física, também vemos reflexos do agro. Embora os produtos detidos por clientes produtores rurais representem apenas 7% da carteira PF, eles já respondem por quase um quinto da inadimplência. Nas MPMEs, a inadimplência alcançou 10%, influenciada pelo ambiente de taxas de juros elevadas. Se desconsiderarmos a composição de dívidas dessa carteira, a inadimplência seria de 6%. Nesse TRI, ainda tivemos casos específicos de grandes empresas que impactaram as provisões. Em 21 de outubro, iniciamos a operação do BB Regulariza Agro, nossa solução estruturada no âmbito da MP 1314. Os desembolsos estão evoluindo conforme planejado, com rigor técnico e postura preventiva. Essa iniciativa reforça o nosso compromisso com o agro, oferecendo previsibilidade financeira aos produtores e contribuindo para a recuperação da carteira rural. Para concluir, quero reforçar que tomamos decisões responsáveis e realizamos ajustes para que seja possível conter os maiores efeitos da correção das provisões ainda em 2025. Além disso, avançamos em tecnologia, inovação e relacionamento especializado para oferecer a melhor experiência aos nossos clientes. Uma agenda que compartilhamos com vocês no Investor Day e em outras oportunidades e que continuará evoluindo. Tudo isso com o objetivo claro: preparar o Banco do Brasil para um novo ciclo de crescimento e ampliar a geração de valor para os nossos acionistas. Seguiremos firmes, com integridade e transparência, valores que sempre pautaram a atuação do Banco do Brasil. Agora, passo a palavra para o nosso time de RI e ao C-Level para seguirmos dialogando com o mercado. Muito obrigada.

### **Janaína Storti**

Bom, voltamos aqui. Eu vou passar a primeira palavra para a Tarci, ela quer trazer alguns comentários sobre o guidance e também sobre os primeiros números da MP 1314. Tarci, se puder aguardar um pouquinho, a gente não está te escutando.

### **Tarciana Medeiros**

Está me ouvindo agora?

### **Janaína Storti**

Agora sim.

### **Tarciana Medeiros**

Bom dia, Jana, bom dia a todos. Mais uma vez, agradeço a presença de todos os analistas aqui na nossa *call*. Agradeço aos jornalistas que também estão acompanhando. Eu queria falar com vocês um pouco em relação ao nosso



guidance, às duas linhas revisadas, e trazer também para vocês um pouco como está o andamento das renegociações do agro no âmbito do BB Regulariza Agro por ocasião da MP 1314. Quando a gente olha o guidance, nós trouxemos para vocês aqui a revisão de duas linhas, a linha do lucro líquido ajustado e do custo do crédito. Essas duas linhas, no trimestre passado, quando nós conversamos, eu disse para vocês que o guidance de lucro era um guidance ousado para o andamento desse ano, mas que nós fizemos a revisão e trouxemos para apresentar para o mercado. Quando a gente acompanhou o andamento do terceiro TRI, algumas questões se colocaram para nós e eu quero dividir com vocês. Nós tivemos a necessidade de fazer uma provisão de R\$ 1,3 bilhões para casos específicos, grandes empresas do atacado. Nós tivemos um aumento, acho que é importante frisar, um aumento na RJ, que também trouxe para nós o desafio de elevar as provisões nesses casos. E, por último, nós tivemos um compasso de espera do produtor quando da regulamentação da MP 1314. O processo de regulamentação levou um tempo maior do esperado. Então, nós começamos a operar efetivamente há 24 dias as operações da MP. Isso trouxe para nós a necessidade de provisões maiores e, por consequência, uma previsão menor de lucro por conta dessas provisões. Então, a gente ajusta as duas linhas. A linha de custo de crédito a gente está ajustando para o intervalo revisado entre R\$ 59 e R\$ 62 e a linha do lucro líquido ajustado agora entre R\$ 18 e R\$ 21 bi. Falando um pouco da MP no âmbito da MP 1314, aqui no banco nós lançamos o BB Regulariza Agro e eu acho que é bem importante mostrar para vocês como está o andamento depois que nós começamos a operar. Nós já temos até agora R\$ 11,4 bilhões em empréstimos em andamento, na esteira de análise. Desses R\$ 11,4, R\$ 721 milhões são de operações de fontes supervisionadas. Mas o que é interessante desse número e é importante a gente frisar aqui? Que até agora nós alcançamos R\$ 5,4 bilhões em renegociação. O nosso slide já está até desatualizado aqui.

De ontem para hoje, nós atualizamos o número e temos R\$ 5,4 bilhões de operações já aprovadas. Está em andamento, em linha com o que a gente esperava mesmo, para aproximadamente 30 dias de operação. Nosso foco aqui é chegar em aproximadamente R\$ 24 bilhões do total de propostas. A gente está trabalhando para chegar nesse caminho. Já contactamos 75% dos clientes que são o público-alvo da linha e estamos apresentando as condições do produto e reforçando para os produtores que essa é a melhor forma de negociar. A MP 1314 traz a possibilidade da regularização da dívida em até nove anos. Nós estamos analisando caso a caso e disponibilizando o prazo para as renegociações de acordo com a característica do produtor, de acordo com as condições de entrada da operação e analisando caso a caso. O que é interessante também frisar para vocês: no âmbito do BB Regulariza Agro, nós também estamos mantendo as garantias e buscando novas garantias. Então é uma carteira de regularização que já nasce muito segura.

Eu acho que é importante vocês saberem também como é a concentração dessas regularizações. Nós temos 33% desse total na região centro-oeste, muito focado nas safras de milho e nas culturas de milho e de soja, seguidas pela região sudeste, 27% na região sudeste e na região sul 21%. Vale ressaltar que, o que nós estamos até agora recebendo de operações para recursos controlados, 92% estão localizados na região sul.

Jana, passo para você.



## **Janaína Storti**

Vou começar a sessão de perguntas e respostas. Lembro a todos que as perguntas podem ser realizadas tanto em português quanto em inglês, e a gente vai responder em português. Eu peço para que cada analista faça apenas uma pergunta, para que a gente tenha a oportunidade de todos participarem. O Renato já está com a gente na tela. Eu gostaria de chamá-lo para fazer a primeira pergunta, Renato Meloni, da Autonomous.

## **Renato Meloni**

Bom dia, pessoal. Obrigado pelo espaço para perguntar. Queria entender, dadas as mudanças que aconteceram entre a revisão do guidance e a publicação do resultado, como isso impacta a recuperação que vocês tinham descrito para a gente, especialmente no agro, ao longo do ano que vem, se tem alguma mudança aqui? Especificamente dentro do agro, a gente viu aqui que o índice de cobertura de estágio 2 e 3 aumentaram bastante nesse trimestre. Eu queria entender a dinâmica aqui, e por que os estágios não evoluíram de acordo com a provisão, se vocês estão provisionando para frente já. Obrigado.

## **Felipe Prince**

Renato, obrigado pela pergunta. Bom dia a todos. Primeiro, acho que o compasso de provisionamento dos estágios acaba sendo concatenado com a nossa expectativa de evolução no BB Regulariza Agro. Então, você tem um provisionamento natural nesses estágios, porém, os produtores já passam a procurar o banco para poder fazer as renegociações. Então, é muito provável, e a gente está trabalhando fortemente para isso, para que principalmente as operações do estágio 2 sejam regularizadas, e aí você não tem, naturalmente, o encaminhamento para os próximos estágios. Então, nada mudou na perspectiva de perda esperada, e sim a perspectiva de uma solução que agora está imposta, e a gente retroalimenta o modelo para poder fazer essas avaliações. A boa notícia é que, independentemente dele ter renegociado ou não, esses créditos já estão devidamente provisionados, com as suas perdas esperadas computadas, e aí concatena com a sua pergunta da recuperação. A gente planeja tracionar muito fortemente, como já está tracionada a questão da MP 1314. Isso faz com que esse trânsito entre os estágios possa ocorrer o caminho inverso, e, naturalmente, isso pode beneficiar o nosso fluxo de perda esperada em 2026. Então, o recado que a gente quer passar é que, operacionalmente, as renegociações estão bastante tracionadas, elas vêm chegando em patamares de desembolsos diários, em linha com aquilo que a gente tinha planejado inicialmente para atingir os R\$ 24 bi. Agora, o desafio é nós executarmos esse montante para que, naturalmente, esses valores provisionados possam fluir, seja para proteção de outros portfólios ou para acelerar a nossa recuperação.

## **Tarciana Medeiros**

Prince, acho que vale ressaltar também que nós estamos trabalhando de forma estratégica em duas frentes. A primeira frente para evitar que novas operações estejam inadimplidas, aquelas que a gente já sabe que há tendência



da inadimplência. Então, nós estamos prevenindo a necessidade da provisão. De outro lado, na segunda estratégia, estamos trabalhando aqueles produtores que já têm os casos mais pressionados, mais críticos, para fazer, também, a reversão do risco deles.

Então, acho que é importante a gente falar que a gente está trabalhando de forma estratégica, tanto é que, em 24 dias, nós já alcançamos a velocidade do que a gente esperava em 60 dias. A rede do banco está toda focada e voltada para trabalhar a reversão da inadimplência do agro.

### **Renato Meloni**

Perfeito. Vocês conseguem comentar a trajetória da inadimplência do agro que vocês veem agora?

### **Felipe Prince**

Claro, com certeza, Renato. A gente prevê que, o Geovanne até colocou no vídeo que disponibilizou para vocês, outubro ainda foi um mês onde a inadimplência pressionou bastante, muito em função desse compasso de espera que a gente via nos produtores por uma solução mais estruturada.

A solução estruturada está aí, a performance, como a gente vem mostrando, também está em voo de cruzeiro e agora é o nosso desafio de tracionar. A gente tem uma ambição muito forte de regularizar o máximo de saldo inadimplente possível. Então, pretendemos entregar um arrefecimento dessa inadimplência, até porque o fluxo de vencimentos no quarto trimestre é menor, para que a gente efetivamente engaje a partir do primeiro TRI de 26.

### **Janaína Storti**

Obrigada, Renato. Você conseguiu nos ouvir?

### **Renato Meloni**

Não, a imagem travou. A última palavra que eu ouvi foi engaje.

### **Felipe Prince**

Então, é exatamente essa questão do fluxo de vencimentos. O fluxo de vencimentos no quarto trimestre é menor. Ao mesmo tempo, a gente tem uma solução estruturada disponível e já tracionada junto aos nossos clientes. A gente espera que, com isso, vá controlando o fluxo de inadimplência ao longo do quarto TRI. Pretendemos mostrar já uma inflexão a partir do primeiro TRI de 26.

### **Renato Meloni**

Muito obrigado, gente.

### **Janaína Storti**

Obrigada. A nossa próxima pergunta vem do Tito Labarta, do Goldman Sachs.



## **Tito Labarta**

Ok, obrigado. Bom dia a todos. Minha pergunta é sobre o guidance revisado. Eu entendo que os problemas na carteira rural continuam impactando os resultados. Mas, primeiro: quanta confiança vocês têm nesse novo guidance? E depois, mesmo olhando para o intervalo implícito, estimamos algo entre R\$ 3 e R\$ 6 bilhões de lucro líquido no 4T. Então, parece que as coisas ainda podem piorar a partir daqui, considerando o nível de visibilidade que vocês têm em relação à deterioração da carteira do agronegócio. E se vocês eventualmente precisarem de provisões adicionais, qual é o nível de conforto em relação a isso? Se puderem nos ajudar a entender ao menos quando essa deterioração pode começar a parar, em alguma medida. Acho que vocês mencionaram que no 1T talvez haja melhora. Mas nos ajudem a pensar um pouco sobre o 4T, dado todo esse nível de incerteza. Obrigado.

## **Geovanne Tobias**

Obrigado, Tito. Nossa confiança é muito alta. O motivo pelo qual decidimos alterar esse guidance foi que vimos os produtores esperando a implementação da MP1314. E, por causa disso, a inadimplência aumentou. Então, um dos motivos pelos quais decidimos revisá-lo é que, provavelmente, se não o tivéssemos revisado, entregaríamos algo próximo ao piso do intervalo do guidance que estava no mercado. Por isso, tentamos ser mais precisos sobre até onde poderiam ir essas despesas de provisão, dependendo da velocidade com que conseguirmos renegociar com os produtores. Acreditamos que vamos entregar algo em torno de R\$ 20 bilhões de lucro líquido em 2024. Isso implicaria um bom resultado. E a razão pela qual eu disse no videocast que não gostaria de afirmar de forma categórica que haverá um ponto de inflexão é porque vimos os números de outubro, mas, como a Tarci mencionou aqui, estamos acelerando a reestruturação desses créditos inadimplentes com nossos clientes. Então, enquanto continuarmos entregando volumes como os que vocês acabaram de ver de reestruturação de empréstimos em novembro e dezembro, estamos confiantes de que conseguiremos entregar esse novo guidance que estamos apresentando, ok?

## **Tito Labarta**

Ótimo. Obrigado, Geovanne. Se eu puder fazer um follow-up: pensando em 2026, de uma forma bem macro, se as coisas começarem a virar no primeiro trimestre, devemos ver melhora ao longo de 2026? Seria essa a melhor forma de pensar?

## **Geovanne Tobias**

Vamos ter a oportunidade de discutir 2026 quando divulgarmos os números do ano fechado. Ainda estamos trabalhando no orçamento, mas certamente esperamos para 2026 um volume menor de provisões e uma trajetória em direção a algo próximo de *mid-teens*, ou dentro dessa faixa, ok? Claro, isso vai depender do sucesso que tivermos na reestruturação desses créditos. Provavelmente continuaremos essas negociações ao longo de janeiro e fevereiro, mas tenho certeza de que, quando divulgarmos os números anuais em fevereiro, teremos uma estimativa bem precisa para o guidance de 2026.



Mas, sem dúvida, vocês devem esperar provisões menores em 2026, considerando esse nível de R\$ 60 bilhões que já estamos contabilizando para 2025. É importante lembrar que, até agora, já reconhecemos R\$ 60 bilhões em provisões no nosso resultado e no nosso patrimônio, e ainda assim estamos entregando algo perto de R\$ 20 bilhões de lucro líquido. Isso confirma a força do Banco do Brasil na geração de receitas capazes de nos proteger dessa situação extremamente difícil na carteira agro.

### **Tito Labarta**

OK. Obrigado, Geovanne.

### **Janaína Storti**

Obrigada, Tito. A nossa próxima pergunta vem do Marcelo Mizrahi, do Bradesco.

### **Marcelo Mizrahi**

Olá, pessoal, tudo bem? Bom, primeiro eu queria parabenizar vocês pela coragem e pela transparência. Acho que vocês têm enfrentado esse momento difícil com bastante comprometimento e acho que a gente não tem nada para reclamar dessa parte. Inclusive, até ontem, no último resultado, o pessoal do RI estava comigo até meia-noite no telefone. Então, primeiro eu queria só parabenizar, acho que é importante colocar publicamente isso. Não só o Banco do Brasil tem talvez um dos melhores *releases* do mercado, como acho que o comprometimento de vocês tem sido ímpar. Agora, em relação a perguntas, olhando para frente, olhando justamente esse material tão rico que vocês disponibilizam para a gente, a curva das safras de crédito, quando a gente olha a curva da safra de pessoa física, quando a gente olha a curva das safras de MPEE, MPME, conforme o banco classifica, a gente tem visto um descolamento das safras, tanto do ano passado quanto até desse ano. E aí eu pergunto: quando a gente olha alguns indicadores antecedentes de crédito, a questão da carteira, o 15 a 90 do agro muito forte, eu entendo que tem aí uma expectativa de uma recuperação já desse número no quarto TRI, mas realmente o número chamou muito a atenção. E aí tem a questão das safras. Eu fico com uma preocupação sobre como vocês estão vendo a inadimplência dos outros segmentos. A pessoa física foi afetada, tem aquele gráfico, vocês mostram 40% da piora da inadimplência de pessoa física, tem a ver com o produtor rural, mas é o que é. Quer dizer, são os clientes do banco e eles continuam com problemas. A gente tem falado muito com o pessoal que cobre agro e acho que o início da próxima safra não é tão animador. Então eu queria entender um pouco vocês como é que vocês estão vendo a inadimplência dos outros segmentos, além do agro, os outros dois terços do banco nessa dinâmica. Já foi falado sobre pico de inadimplência em agro no primeiro TRI, entendi que vocês acham que o primeiro trimestre começa a ter uma melhora no agro, ou talvez no último trimestre de aumento, mas queria que vocês falassem um pouco sobre a expectativa de deterioração da inadimplência em PJ e em PF. PJ tem as carências dos programas governamentais, então também queria entender isso.

Além disso, como pensar o crescimento da carteira do banco para frente. A



gente tem visto que a carteira nesse trimestre teve uma contração. Pessoa física de tax no cartão de crédito, cresceu bastante a carteira, e é uma carteira que está com inadimplência bem elevada. Como sair dessa situação em que o banco está, em que momento vocês têm mais conforto para ver essas situações revertendo? Obrigado, pessoal.

## Felipe Prince

Obrigado, Mizrahi. Bom dia. Acho que do agro foi colocado. A performance está muito relacionada à nossa capacidade de execução do BB Regulariza Agro. Passando para a pessoa física, outro terço da nossa carteira. Como você bem colocou, a gente tem um impacto muito forte dos produtos para pessoa física que a gente transaciona dentro da cadeia do *agribusiness*. Então, essa nova inadimplência está muito relacionada ao que vem vindo de inadimplência do produtor rural. Diferentemente de outras safras, o que a gente tem verificado e, como você bem colocou, o mercado todo tem experimentado isso, a inadimplência não vem só no *business* do produtor rural, ela tem trazido também uma dificuldade na capacidade de pagamento dos produtos e serviços desses produtores e suas famílias como pessoas físicas. O banco, como está inserido muito fortemente nessa cadeia produtiva, a gente acaba tendo um impacto adicional. As safras de 24 e 25 estão correlacionadas a essa performance dos nossos clientes produtores rurais que, embora representem pouco no saldo da carteira PF, já representam muito, praticamente um quarto, da inadimplência na carteira PF como um todo, inclusive no portfólio específico de cartão de crédito, como você mencionou. E aqui cabe um *disclaimer* que, coincidentemente, a nossa carteira de cartão de crédito é muito semelhante à do agro. Vocês sabem, está nos nossos documentos, que a nossa carteira exposta a juros, ou seja, o parcelamento que nós fazemos nessas operações de cartão é muito baixo. Então, o *down payment* é muito elevado e quando ele não encontra a capacidade do produtor honrar, isso vem fluindo para a inadimplência, inclusive do cartão de crédito. A boa notícia é que, nesse caso específico, a inadimplência é curta. Nós já estamos controlando, estamos tomando medidas restritivas para reduzir o risco dessa carteira. Nós ainda, mesmo com essa situação, continuamos *negociando* abaixo da inadimplência média do mercado financeiro. Então, o desafio aqui é manter o retorno ajustado ao risco elevado dessa carteira de cartão, entregando patamares inferiores de inadimplência relacionados ao mercado, até pela característica da nossa carteira em si. Migrando para a pessoa jurídica, primeiro você comentou a questão dos programas governamentais. Aqui é importante fazermos uma separação, porque o banco opera os programas governamentais muito fortemente desde o seu início. Então, diferentemente de outras casas, que passaram a operar mais fortemente no período recente, nós não temos concentração de vencimento de carências. Porque, à medida que uma carência acaba e os pagamentos começam, a carência de outras safras vão acabando. Então, a carteira de fundos garantidores já está num ritmo normal de processamento, onde a gente não espera nenhum empuxo referente a vencimento de carência. E aqui, sim, apesar de você ainda encontrar um pouco de inadimplência carregada, principalmente da safra de 24, o ajuste foi muito forte nos modelos. Nós temos um direcionamento muito claro para a alavancagem das linhas de recebíveis. E, com isso, naturalmente, nós vamos fazendo a depuração desse portfólio e encontrando o que nós chamamos aqui



de uma água mais limpa, uma vez que a reciclagem está bastante acelerada. Isso talvez ainda não apareça muito fortemente nas safras que vocês enxergam, mas aqui quando nós olhamos as safras curtas, principalmente 2025, o *gap* de performance é gigante. Então, olhamos uma inadimplência curta que é menos da metade da longa. Esse processo, obviamente leva um pouquinho de tempo, mas estamos bastante confiantes, tanto é que já entregamos uma inflexão na inadimplência desse portfólio, especificamente, e é o que vocês podem esperar daqui para frente, dada a qualidade da originação. Quando você olha a PJ como um todo, tem um impacto, como a gente comentou, de alguns casos específicos que carrearam para a inadimplência, mas que já estão absolutamente provisionados.

### **Janaína Storti**

Respondemos todos os pontos, Mizrahi?

### **Marcelo Mizrahi**

O caso específico, então, foi na PJ? Até foi mencionado no vídeo de ontem, R\$ 1,3 bi de provisão de caso específico, foi na PJ?

### **Janaína Storti**

Correto.

### **Felipe Prince**

Exatamente. Talvez o Bittencourt pudesse falar um pouquinho desse comentário do Mizrahi a respeito de como ver a próxima safra. Qual é a tua leitura? Bittencourt está estreando aqui conosco, é o nosso novo vice-presidente de agronegócios e tem uma vasta experiência nesse assunto. Se você puder compartilhar aqui, Bittencourt.

### **Gilson Bittencourt**

Rapidamente, a maior parte da inadimplência vem do custeio, e no custeio dessa safra 24-25 que a gente está colhendo agora. Como a gente está sendo muito mais rígido, muito mais atento nas contratações, não só observando mais garantias, mas olhando de forma muito mais efetiva o endividamento de cada produtor, isso reflete, inclusive, no resultado do nosso desembolso, especialmente na taxa livre, a nossa expectativa é que, para o próximo ano, quando vier os vencimentos dos custeios, especialmente ali no período de abril a setembro, a gente já vai vir com o resultado de todo esse trabalho feito na análise do crédito, utilizando a nossa nova metodologia de concessão. A expectativa, não só por ter uma contratação mais estruturada, mas também aqueles produtores que estavam com o fluxo de pagamento mais apertado, com a medida provisória, e vocês viram os números que são bastante robustos, com certeza a gente deve ultrapassar os R\$ 20 bilhões na taxa livre, mas também aqueles R\$ 4,3 bilhões nos recursos controlados. Então, aqueles produtores que já vinham sofrendo neste ano pela dificuldade no seu fluxo de caixa, nessas duas ações, seja nas novas operações, seja com a renegociação, a gente tem essa expectativa que, em 2026, na próxima safra da agricultura, a



gente já tenha uma inadimplência bem menor, bem mais controlada. E também uma expectativa que os produtores consigam passar o ano de forma mais tranquila, como era até pouco tempo atrás.

### **Felipe Prince**

Obrigado, Bittencourt. Mizrahi, obrigado pela pergunta.

### **Marcelo Mizrahi**

Obrigado, pessoal.

### **Tarciana Medeiros**

Muito obrigada, Mizrahi.

### **Janaína Storti**

Nossa próxima pergunta vem do Mario Pierry, do Bank of America.

### **Mario Pierry**

Bom dia, pessoal. Obrigado pela oportunidade. Queria explorar um pouco o tópico de capital. A gente viu o *Common Equity Tier 1* subir 20 *basis points* para 11,2%, mas eu queria entender como é que você está vendo para frente. A gente vê o ROI do banco perto dos 8%. Pensando em crescimento ano que vem, talvez a carteira não cresça tanto, dadas as dificuldades. E vocês recentemente reduziram o seu *payout* para 30%. Como é que vocês olham para frente a capacidade de manter o *payout* em 30% ano que vem?

### **Geovanne Tobias**

Mario, obrigado pela pergunta. O nosso compromisso é com a sustentabilidade do resultado do Banco do Brasil. Essa decisão de redução do *payout* para 30% consideramos acertada. Conseguimos melhorar, reverter esse fluxo e trazer o nosso capital principal acima do nível 11. Consideramos um nível ótimo, mas a gente já tem no radar alguns impactos a partir do ano que vem. Um deles é o fim do CGPE, que foi um programa de renegociação de capital de giro das micro e pequenas empresas lá de trás. Ele já vai reduzir perto de 60 pontos base dessa minha base de capital. Temos tudo o que está acontecendo com a redução do resultado recorrente, em função das perdas incorridas na carteira agro, que também reduziu muito o crescimento do meu capital de maneira orgânica. Então, nós continuaremos mantendo essa política de *payout* de 30% ao longo do ano que vem. E, claro, a depender do quanto conseguimos renegociar, o quanto que nós conseguimos reforçar de capital, avaliaremos a possibilidade e, claro, retomar o resultado recorrente do Banco num patamar que nós consideramos que é o que o Banco do Brasil entrega, a gente pode até mesmo falar de pagamentos de dividendos extraordinários. Mas, por enquanto, a nossa política vai ser essa, 30% de *payout*. Não se esqueçam que ano que vem também tem alguns agravamentos no capital proveniente da Resolução 4966, aquelas provisões que nós fizemos, a gente vai ter uma ponderação maior para ser contabilizada no PL. E terão outros



ajustes prudenciais virão. Então, a gente está sendo muito conservador aqui, tendo a certeza de que essa base de capital é fundamental para sustentar o crescimento da nossa carteira. Na medida em que, ano que vem, a gente continue crescendo forte, a carteira pessoa-física, notadamente, consignados públicos e agora o consignado do trabalhador, onde somos vice-líderes já, a gente vai conseguir também trazer mais resultado recorrente reforçando essa base de capital.

### **Janaína Storti**

Mario, para pontuar só os números que o Geovanne trouxe, 60 bps do CGPE, que é o Programa de Micro e Pequenas Empresas, da época da pandemia. A gente tem 25 bps da segunda fase da 4966, que o Geovanne comentou de regulatório. A gente devolveu R\$ 1 bi do híbrido agora em julho, está contando aqui inclusive nos impactos que a gente teve no trimestre. Tem ainda 4 bi a frente, então 1 bi sempre em julho. E a gente tem risco operacional que foi faseado em 4 anos, dá mais ou menos uns 10 bps por ano. Então a gente deve ter aqui em torno de 100 bps impactando o ano que vem só com esses efeitos.

### **Felipe Prince**

Lembrando, Janaína e Mario, se não ficou claro para todos, é importante esclarecer que cada real renegociado com base na MP 1314 é passível de contabilização de crédito tributário e diferenças temporais, o mesmo real na nossa base de capital principal.

### **Janaína Storti**

É o mesmo efeito do CGPE.

### **Geovanne Tobias**

Ou seja, ajudaria a neutralizar esse impacto.

### **Felipe Prince**

Exatamente.

### **Janaína Storti**

Hoje a gente tem mais ou menos uns 7, 8 bi do CGPE. Dentro da ambição que a gente tem, a gente supera o que a gente tem de capital a menor. Bom, eu vou chamar então a próxima pergunta, que vem do Daniel Vaz, do Safra.

### **Daniel Vaz**

Bom dia, pessoal. Bom dia, Jana, Prince, Geovanne, Bittencourt e Tarci no vídeo. Obrigado pela oportunidade de fazer uma pergunta. Eu queria focar no agro. Olhando para o crescimento da carteira, TRI contra TRI, ela cai 3 bi, mas se você pega a quebra de prorrogada e não prorrogada, a prorrogada aumentou mais 9 bi e a ordinária cai mais ou menos 12. Parece que, mesmo que você tenha todo esse controle, todo o programa de renegociações em voga agora, começando pela MP e mais os 4 bi do BNDES, acho que essa carteira



prorrogada está em um patamar que dificilmente a gente já viu nos últimos anos. Ela é um reflexo também da capacidade de pagamento dos produtores. Então, conforme os prazos de carência ou prazos que você dá para esse cara pagar uma prorrogação de carteira, a gente está vendo um aumento grande na inadimplência concentrado, que já está em 8%. Naturalmente, nessa carteira classificada como estágio 1, essa piora concentrada faria ter uma transferência grande para o estágio 3 ainda nos próximos trimestres. Então, eu queria ouvir um pouquinho de vocês, como você olha para a saúde dessa carteira prorrogada e quando a gente deveria ver um arrefecimento. A gente está falando de arrefecimento de INAD no primeiro trimestre, como foi comentado na outra pergunta. Queria ouvir se vocês conseguem também de alguma maneira olhar para essa carteira prorrogada e falar assim, “A partir desse momento ela vai arrefecer” e também queria ouvir um pouco de vocês o quão confortáveis ou desconfortáveis vocês estão com esse nível de prorrogada e se faz sentido focar nisso. Obrigado.

### **Felipe Prince**

Perfeito, Daniel. Bom dia. Obrigado pela pergunta. Muito bom ponto. Lembrando que essa carteira prorrogada foi construída quando nós não tínhamos uma solução estruturante para o segmento. Então, de forma bem objetiva, o que a gente vai fazer? Nós vamos trabalhar essa carteira para que ela possa ser transferida para uma linha que efetivamente resolva o problema do produtor rural. Então é natural que parte dessa carteira prorrogada flua para renegociação. Ela vai continuar na carteira em si, mas o risco implícito reduz muito. Por quê? Porque ele vai estar concatenado com a efetiva capacidade de pagamento ao produtor. Confortáveis, obviamente, nós não estamos. Nós temos uma carteira que se elevou e que a gente precisa trabalhar. A grande diferença é que agora nós temos um produto, uma solução adequada para oferecer aos nossos clientes e fazer a adequação dessa operação junto com a recuperação da capacidade de pagamento dos nossos produtores rurais. Para ser bem objetivo, a gente espera agora ter uma solução mais efetiva, inclusive para tratar os saldos que estão lá dentro da carteira prorrogada. Acho que o Bittencourt pode passar para você um pouquinho de perspectiva.

### **Gilson Bittencourt**

Eu acho que, efetivamente, a carteira prorrogada é a que tem trazido maior inadimplência. A tua análise está correta. Mas um dos focos centrais para a nossa renegociação tem sido exatamente esse público. É buscar um público que, historicamente, estava adimplente com o banco, mas que, seja por problemas climáticos, seja por problemas de preço, prorrogou e, muitas vezes, prorrogou por dois ou três anos. Agora, quando a gente traz, via MP 1314, até nove anos, dependendo da situação de cada produtor, inclusive com o ano de carência, onde a gente vai cobrar somente os juros, a expectativa é exatamente o que o Prince colocou: a gente conseguir dar prazo e condições no tempo para que, efetivamente, esse produtor possa reestruturar o seu fluxo de pagamento. A expectativa é que essa carteira vá se reestruturando e reduzindo a sua inadimplência. Um fator importante: mesmo a gente tendo uma queda nas contratações desse plano safra, a nossa expectativa em relação à carteira



do agro é manter nessa faixa dos 400 bi. Mas como vamos fazer isso? Parte dessa queda que está acontecendo nas novas contratações vai ser assimilada exatamente pela MP. Quando a gente consegue fazer algo em torno de R\$ 24 bilhões, que é a nossa expectativa em relação somente com as taxas livres, se somarmos com os controlados, chegamos a R\$ 28 bi. Então, parte do que a gente não está contratando na safra, na prática a gente está mantendo. Então, devemos manter próximo dos 400, um pouco acima, um pouco abaixo, para o próximo ano, o que também tende a nos garantir uma rentabilidade sobre essa carteira.

### **Daniel Vaz**

Se eu puder fazer um follow-on na pergunta, vocês acham que esse programa de R\$ 24 bi, em algum momento vocês vão ter que pedir mais um pouco de linha para o governo, pensando nesse sentido da prorrogada já está em 60, 60 e poucos bi? O grande foco está dentro desse pool?

### **Gilson Bittencourt**

Vamos separar em duas partes. Esse de recursos livres não tem limite, Daniel. É o quanto cada instituição tiver disponível para fazer. Nós estamos tratando os 24 como uma meta, mas se houver produtores e houver espaço para a gente ampliar isso, não há nenhuma restrição. Se a gente vê que temos mais produtores e precisamos fazer isso para ajudá-los a reestruturar o seu fluxo de pagamento, vamos fazer. Em relação aos recursos controlados, esses que são num total de R\$12 bilhões e a gente tem 4,3, nós estamos trabalhando aí numa perspectiva bastante interessante, começando principalmente no estado que teve o maior problema, pelo menos nesses últimos anos, que é o Rio Grande do Sul. Mas se chegar aos 4 bi, esse é um debate que volta e meia estão nos perguntando, vai precisar de mais dinheiro? Nós estamos monitorando, vamos avançando. Se lá na frente a gente chegar nos 4,3 bi, aí a gente vai voltar a conversar, juntamente talvez com os nossos pares, com o governo para discutir isso. Mas, por enquanto, a gente está vendo que os 4,3 vão ser o suficiente para o que está aparecendo de demanda das nossas agências.

### **Daniel Vaz**

Está claro, obrigado.

### **Janaína Storti**

Obrigada. A nossa próxima pergunta vem do Yuri Fernandes, do JP Morgan.

### **Yuri Fernandes**

Obrigado, Janaína, bom dia a todos, e também pelas palavras do Mizhari as minhas, agradecer o time de RI pela parceria e sempre ajudando a gente a entender os temas aqui. Eu queria voltar para 1314, o *agribusiness* eu acho que é o tema do trimestre, é o tema do ano. Se vocês puderem passar um pouquinho mais de *core* nessas carências. Eu acho que a carência é um ano, mas o prazo para pagar de até 9... qual tem sido esse prazo médio hoje? Porque eu acho que uma provocação que a gente pode ter aqui é que o fluxo de



pagamento tem que ser adequado, eu acho que renegociar é preciso, mas qual é a dose do remédio e do veneno? Porque vocês vão estar aumentando isso por 2, 3, 5, 9 anos e talvez a gente não veja problemas agora, mas vai ficar sempre essa incerteza, dentro do balanço do banco, por quantos anos isso vai ser digerido. Se vocês puderem passar também um pouquinho de explicação, como funciona o provisionamento? Isso está hoje em estágio 2 e estágio 3, a gente continua em estágio 2 e estágio 3, quanto tempo para vocês revertem em provisão? Só para entender um pouquinho e também o *accrual* de juros. Como o *accrual* de juros funciona nisso? Vocês provavelmente vão estar acuando juros nesse período, mas eu queria entender um pouquinho disso. E também nesse tema de agro, o guidance de vocês acho que faz sentido, vocês até comentaram ontem no podcast que teve casos específicos, teve descontos, teve renegociados, então acho que está claro. Mas o tema que ficou confuso para mim é que no quarto trimestre, o *implied PDD* de vocês é muito alto, é 15 a 18, é basicamente o mesmo nível do terceiro trimestre. Mas a mensagem de vocês para 1314 é que está tudo dentro do esperado. Vocês estão desembolsando na média diária que vocês esperavam, já fizeram 5 bi, então parece tudo certo para os 24 bilhões, considerando tanto o recurso direcionado e o recurso próprio, recurso do governo e recurso de vocês. Por que manter essa provisão tão alta, sendo que a 1314 está andando direitinho? Se vocês puderem explicar um pouquinho esses *moving parts*, mas em especial a questão da carência e a questão do balanço que está carregando a gente por alguns anos. Obrigado.

## Felipe Prince

Oi, Yuri, obrigado, bons pontos. Primeiro, não tem solução geral, cada caso é avaliado. Como você sabe, nós temos um corpo técnico que faz todos os laudos de avaliação dos nossos clientes. Inclusive estamos alavancando essas avaliações por meio de georreferenciamento, inteligência artificial, enfim, toda uma modelagem bastante robusta, onde a gente identifica a real necessidade do produtor. Essa avaliação é encaminhada para o nosso time de crédito, que avalia a necessidade de prazo, a necessidade de carência e os fluxos de pagamento que encontram a capacidade do produtor rural de fazê-los. Não existe uma receita de bolo, não é nove anos para todo mundo, é aquilo que, mediante uma análise técnica, nós encontramos de necessidade do produtor rural em renegociar conosco e aí a gente faz a melhor oferta. Obviamente, nós estamos muito atentos à gestão de riscos no longo prazo, a gente olha e estrutura a organização exatamente para obtenção de resultados sustentáveis no longo prazo. Em função disso, inclusive, você tem acompanhado todo esse processo de provisionamento e de perda esperada efetiva, onde a gente mensura o risco e, independentemente dele ser materializado, a gente já reconhece nas provisões, para que o nosso balanço esteja sempre preparado para a sustentabilidade futura. Aí vem a questão dos estágios. Exatamente por isso, não tem um efeito imediato no fluxo ou no saldo de perda esperada, porque a gente faz a avaliação, a contratação é efetuada e aí eu já trago um dado aqui para vocês: 50% das operações renegociadas estão com alienação fiduciária vinculada. Ou seja, como o Bittencourt falou, nós já estamos aplicando o nosso novo *framework* de gestão do risco de crédito no agro nas contratações da medida provisória e, com isso, a gente estabilizar a capacidade de pagamento do produtor e não trazer risco,



mas sim oportunidade para o banco no médio e longo prazo, uma vez que esse produtor com a capacidade de pagamento recomposta, a gente tem a possibilidade de continuar operando com ele e fazendo os melhores negócios. Então, é por isso que você vê no guidance que não tem um processo ou uma expectativa de reversão da provisão. O nosso foco aqui é conter o fluxo de inadimplência. Uma vez contido o fluxo de inadimplência conservadoramente, a gente vai reavaliando a configuração desses clientes em cada um dos três estágios. Se eventualmente a gente constatar que aquele produtor está curado, naturalmente a gente faz aqui a reclassificação em cada um dos estágios, mas isso mediante uma avaliação muito rígida dos nossos modelos. Uma vez que o risco ainda está instalado na atividade do agronegócio, a gente não tem esse processo imediato de reversão de provisão. O que pode acontecer até com um pouco mais de velocidade é produtores que, com a sua capacidade de pagamento atestada, estejam no estágio 3, a gente faça uma reclassificação, exatamente por conta da renegociação e essas operações voltem a irrigar a nossa margem financeira. Mas tudo isso mediante uma análise muito conservadora e mirando, como você bem colocou, a sustentabilidade da nossa empresa no longo prazo. E aí acho que o Bittencourt pode complementar a cenarização.

### **Gilson Bittencourt**

Eu acho que existem dois aspectos importantes. Primeiro, na carência de um ano, é cobrado juros. Então, ano que vem, a gente já vai ter um retorno desses produtores que prorrogaram, inclusive para verificar a sua capacidade de pagamento efetiva. Não é porque vai ter um ano de carência que a gente está empurrando para frente essa situação. O segundo aspecto que é importante destacar, que o Prince colocou aqui: não é qualquer demanda que está sendo incluída na renegociação. Nós estamos olhando com critério. O prazo é até 9 anos. Há casos, inclusive, que nem estão sendo incluídos, porque na análise de capacidade de pagamento não está sendo encontrado viabilidade. Nós estamos primeiro, inclusive priorizando aqueles produtores que estão adimplentes, mas estão com um fluxo de caixa mais apertado, aqueles que estão com uma inadimplência mais curta. Ou seja, estamos buscando aqueles que a gente consegue, na análise individual de cada caso, verificar uma maior capacidade de recuperação do seu fluxo. Então, não vamos renegociar toda e qualquer dívida, independente da capacidade de pagamento. Respondendo diretamente à sua pergunta, há casos em que o prazo é 5 anos. Tem casos que está dando 6, tem casos que está dando 9. Cada situação está sendo olhada de acordo com a expectativa de recuperação e de geração de caixa dos produtores. Acho que existe esse olhar crítico. É importante destacar os números: nós temos 5,4 bilhões de propostas que já foram aprovadas. Desses 5,4, quase 100% vai ser formalizado lá na ponta. Eu poderia até dizer, 100% disso vai se viabilizar, vai ser formalizado e registrado. Temos mais 11,4 bilhões em análise. Desse, uma pequena parte ainda vai cair fora. E temos mais outras que foi apresentado demanda, mas ainda não foi analisado. Então, há uma esteira corrente que a gente vai recebendo, vai analisando e vai avançando. A gente está mostrando abertamente esses dados. Ou seja, 5,4 já está praticamente efetivado. Quando a gente vai para o recurso controlado, as regras são mais restritivas, inclusive tem que ter toda uma comprovação de perdas, estar localizado nos municípios que tiveram eventos climáticos. Esse



processo é um pouco mais lento, exatamente por essas maiores exigências, por isso que os números, inclusive, são menores. Mas tudo está sendo feito com um critério muito forte, exatamente para não acontecer o que você colocou, que é tirar a inadimplência de hoje e jogar para a frente. É isso que o banco não está fazendo, e essa é a nossa responsabilidade.

### **Yuri Fernandes**

Obrigado, pessoal.

### **Janaína Storti**

Obrigada, Yuri. A nossa próxima pergunta vem do Matheus Guimarães, da XP.

### **Matheus Guimarães**

Oi, Janaína, Marcelo e Geovanne. Bom dia, obrigado pela oportunidade de fazer uma pergunta. Acho que a gente falou bastante do agro aqui, mas seria legal a gente falar um pouquinho também do segmento de pessoa física. Quando a gente olha no Excel que vocês publicam, de 2014 para cá, a gente está com a maior inadimplência acima de 90 dias da série. Queria que vocês explorassem um pouco isso. E quando a gente olha isso em relação ao crescimento de carteira, tanto em PJ como no agro, a gente já viu uma queda sequencial na carteira, e em PF ainda não. Então, queria entender se tem alguma coisa, seja isenção do imposto de renda até 5 mil, previsto para entrar em vigor no ano que vem, que dá algum conforto de que isso pode ajudar essa inadimplência a voltar um pouco? Queria entender um pouco esse momento da inadimplência PF e como vocês olham isso já para 2026. Obrigado.

### **Geovanne Tobias**

Boa pergunta, Geovanne aqui falando. É importante você olhar para essa inadimplência como pontual. De fato, a gente cresceu muito no cartão de crédito, em termos de volume, teve um aumento da inadimplência do cartão. Você tem o efeito contaminação aqui, vindo principalmente dos nossos clientes pessoas físicas, que são do agro. O compasso de espera valeu para tudo. A gente acredita que, na medida que essas renegociações ocorram, a gente vai, naturalmente, resolvendo essa questão. Olhando para 2026, a nossa aposta... Desde quando a gente começou a ver esse agravamento de risco da carteira do rural, a gente falou, "precisamos focar naquelas linhas que tragam mais *spread*, mais retorno ajustado pelo risco", e foi isso que nós fizemos. Se você vê, existe um crescimento muito bom da carteira da pessoa física, a tendência é continuar crescendo: tem reajuste salarial, vai ter uma disponibilidade de renda maior com essa questão da reforma tributária. A gente vê uma oportunidade para crescer naquelas linhas de menor risco: consignado público e consignado trabalhador. A gente já está com 11 bilhões. Nos números de setembro eram 9 bilhões, a gente já está com 11 bilhões liberados. Então, sem dúvida alguma, a gente tem um espaço muito grande para continuar crescendo, trazendo mais retorno para o banco para nos ajudar a passar por essa fase e continuar entregando resultado para os nossos acionistas. E tem também uma possibilidade aqui que é importante: a gente está segmentando ainda mais, dentro da nossa estratégia de cartão, focando



no alta renda, que é onde você consegue trazer mais resultados também. Então, essa inadimplência a gente considera como normal e simples de resolver. Agora, o que a gente aposta mesmo é que para 26, sem dúvida alguma, o destaque vai ficar muito em cima da carteira de pessoa física.

### **Tarciana Medeiros**

Geovanne, acho que vale ressaltar que esse crescimento da carteira ocorreu justamente calcado no Crédito do Trabalhador, uma linha de crédito consignado e o Banco do Brasil tem um nível de escrituração acima de 90% nessa linha. Eu acho que é bem importante a gente entender que ainda há espaço para crescimento na linha do Crédito do Trabalhador. Nós vamos buscar em 26 o *share* de 20%, que é um *share* que a gente entende ser o mais adequado para o Banco do Brasil. De um outro lado, a gente tem que lembrar que no terceiro trimestre, normalmente, há uma sazonalidade de uma pequena elevação de INAD na pessoa física. Isso, inclusive, é histórico. Se a gente olhar na série histórica, a gente vai perceber que no terceiro TRI acontece. Exceto essa questão do agro, que é muito específico, que o Geovanne já trouxe, é sim inadimplência pontual. Esse mês a gente tem esse novembro e dezembro o recebimento 13º e a gente acredita que essa INAD da pessoa física, ex-agro, ela já se normaliza agora nesse último tri.

### **Matheus Guimarães**

Ficou claro. Obrigado, Geovanne, obrigado, Tarciana.

### **Janaína Storti**

Obrigada, Matheus. A nossa próxima pergunta vem do Eduardo Nishio, da Genial.

### **Eduardo Nishio**

Bom dia, bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade e, mais uma vez, parabéns pela transparência. Eu queria voltar na questão do agro. O agro já foi ruim, já foi bom e, nesses últimos anos, foi muito, muito, muito bom. Agora, passando por um ajuste, eu até diria, muito forte. Se pegar a série histórica de vocês, eu acho que 5,3% de INAD para o segmento a gente nunca viu. Talvez não seja o 0,5% que foi durante muito tempo, mas 5,3% é um número muito alto. Eu queria saber de vocês as mudanças que estão sendo implementadas. Vocês falaram de mudanças estruturais para ter um produto mais sustentável, um produto mais previsível nos próximos ciclos. Se vocês pudessem explorar um pouquinho esse ponto aí, em termos de cobrança, garantia, equalização, as questões das RJs como vocês vão resolver, para ter um produto um pouquinho mais, vamos dizer, sustentável. Muito obrigado.

### **Geovanne Tobias**

Nishio, obrigado pela pergunta. Eu vou começar e depois passo para o Prince. Sem dúvida alguma, eu acho que você pontuou muito bem, é histórico. Nós nunca tínhamos enfrentado uma situação como essa. Acredito que da última vez que o banco enfrentou um evento desse no setor do agro foi necessário



fazer uma capitalização. Foi ali nos idos de 94, se não me engano. Neste momento, a gente está conseguindo atravessar esse cenário mais agravado para essa carteira e a gente aprendeu uma lição: o banco sempre foi parceiro do agronegócio e continuará sendo parceiro. Foi importante para revisarmos algumas das nossas práticas. A primeira delas, já citada pelo Bittencourt, nessas novas contratações, é a questão da alienação fiduciária. Os novos entrantes que entraram nesse setor aproveitando o *boom* do agronegócio brasileiro já adaptaram os seus sistemas, trazendo essa nova modalidade de garantia. O Banco do Brasil ainda estava no modelo tradicional, que era do penhor de safra. Para nós, foi muito claro a gente ter que mudar rapidamente. Um dos efeitos que a gente está tendo que enfrentar nesse momento é um pouco da redução da liberação da nova safra. A gente já tem feedbacks dos nossos clientes e a gente tem explicado a importância, até mesmo para tornar um ambiente mais seguro para que a gente possa atender melhor os agricultores. Eles estão entendendo, estão fazendo, mas dependemos também do tempo dos cartórios na hora que você registra uma alienação fiduciária. Mas esse processo, a gente está fazendo e, ao mesmo tempo, continua em pleno voo. À medida que isso se normaliza, olhando para 2026, vai ficar um processo muito mais suave, digamos assim. Prince, se você pudesse acrescentar mais alguns detalhes.

## Felipe Prince

Claro. Primeiro, a questão da originação, como o Geovanne colocou. A gente permanece com a nossa prática de originação no campo, de conhecer o nosso cliente, de estimar e entender a sua capacidade produtiva e a sua capacidade de geração de receitas. Paralelamente, um ponto que a gente passou a observar com mais cautela, é o nosso relacionamento com clientes arrendatários. Nós não estamos, de forma alguma, fazendo fechamento de porta. Nós permaneceremos como o maior parceiro do agronegócio brasileiro. Temos muito orgulho de ter construído uma carteira de R\$ 400 bilhões. Mas alguns ajustes, por exemplo, em processos de arrendamento, onde a alavancagem já é muito elevada, tanto para o pagamento da terra arrendada, quanto, eventualmente, o pagamento dos custos de produção. Outro ponto que nós estamos investindo muito fortemente é no acompanhamento para poder identificar os riscos de forma preventiva. Esse acompanhamento é alavancado por novas tecnologias, nós estamos conectando toda a nossa base histórica de performance do agronegócio, nós temos dados catalogados desde a safra de 1960, com novos recursos, via georreferenciamento e avaliação desses dados, com *analytics* e inteligência artificial, para que a gente possa identificar desvios de produtividade, acometimentos de riscos edafoclimáticos e, com isso, poder fazer a gestão da produtividade do nosso cliente, já antevendo se ele pode ou não ter uma dificuldade de pagamento no futuro e apresentando soluções prévias para redução dos riscos nesse negócio. A gente também está investindo muito fortemente no acompanhamento pós-produção. Existe também uma inadimplência correlacionada com a comercialização, principalmente em períodos onde, durante a comercialização, há uma depressão mais elevada de preços, como foi o que aconteceu na safra anterior. A gente precisa estar bastante atento aos estoques que temos em garantia, para que eles sejam convertidos em receita e essa receita seja canalizada ao banco para o pagamento das nossas operações.



Seguimos no processo negocial. O banco demonstra mais uma vez a sua parceria histórica com o produtor rural, lança o BB Regulariza Agro, que é uma solução que não existe no mercado. Essa grande solução negocial para o produtor rural está disponível em todos os nossos canais de atendimento por meio do BB Regulariza Agro. Eventualmente, aqueles casos onde muitas vezes não acontece nem a negociação em si e isso é canalizado para a justiça, a gente tem atuado muito fortemente na defesa dos nossos interesses, por acreditar que isso, inclusive, traz uma interrupção na relação e uma dificuldade da continuidade na atividade pelo produtor. Mas continuamos bastante rígidos na defesa dos nossos interesses. Inclusive, agora no próximo trimestre, vocês vão observar que a gente deve protocolar alguns pedidos de falência, exatamente para a gente poder estabilizar esses processos e quem recorra a esse mecanismo, recorra de uma forma legítima e porque realmente precisa.

### **Eduardo Nishio**

Muito obrigado.

### **Janaína Storti**

Obrigada, Nishio. Vou chamar a próxima pergunta, o Pedro Leduc, do Itaú.

### **Pedro Leduc**

Bom dia a todos, obrigado pela oportunidade. Vou trocar de assunto, vou falar um pouquinho sobre margem financeira, o NII. Esse TRI teve uma alta boa, 5% TRI a TRI. Quando a gente vai ver os componentes, foi muito mais de 20% levado por parte de tesouraria, a parte de clientes cresceu um pouquinho menos. E tesouraria dá para entender, mais TVMs, uma Selic média maior, mais dias úteis e na parte de clientes a gente já observa, pelo menos via mix, mais *spreads*, pelo menos, gerenciais. Eu queria ver um pouquinho da visão de vocês, como que a gente deve ver essa linha de NII consolidada se comportando para o ano que vem, na medida que, provavelmente, vai ter um *derisking* da carteira PF, então esses *spreads* por mix, talvez, devam cair. E a situação de liquidez do banco com a Selic caindo também, talvez tenha alguma pressão ali na parte de tesouraria. Só para entender um pouquinho como vocês estão configurando a trajetória de NII, vis-à-vis a carteira para 2026. Obrigado.

### **Geovanne Tobias**

Obrigado pela pergunta, Leduc. Sem dúvida alguma, a gente está atento para 2026, uma vez que estamos com a expectativa de um início de corte de taxas de juros. A gente não acredita que seja uma redução tão drástica como foi a subida, porque a subida foi muito rápida e trouxe aquela pressão, principalmente vindo da nossa captação, porque a gente tem uma exposição na ALM após pelo lado do passivo. No curto prazo, na medida em que a Selic começa a cair, isso vai, de certa forma, nos facilitar, vai trazer um pouco desse ganho dado esse *mismatch* entre carteiras pré e uma captação pós. Então, nesse primeiro momento, a gente acredita que por isso que é importante a gente acelerar essa geração, porque a gente está gerando volumes em um patamar de *spread* maiores, já para proteger na hora que esse *spread* começarem a cair com a redução da taxa de juros. Por outro lado, não deixa de



ser um ambiente mais benigno da economia e, com isso, também uma possibilidade de expandir esse volume de crédito, aí a volumetria vai ser importante para ajudar a sustentar essa margem financeira. Em termos de tesouraria, sem dúvida alguma, aproveitamos muito esse momento da Selic alta. A nossa liquidez ficou muito alta nesse período e a gente teve essa oportunidade de realizar esse ganho muito grande ali. Mas eu chamo atenção à alteração no mix da carteira, com foco principalmente para as linhas de pessoa física, consignado trabalhador e consignado setor público, são fundamentais para sustentar essa manutenção, está bom?

### **Pedro Leduc**

Obrigado.

### **Janaína Storti**

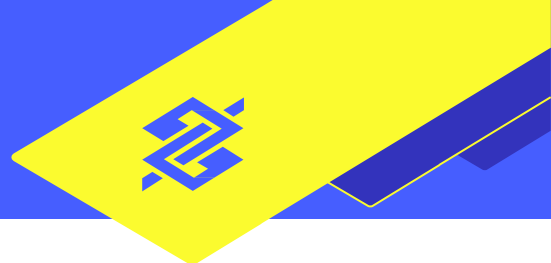
Obrigada, Pedro. A nossa próxima pergunta vem do Carlos Gomes Lopes, do HSBC. Carlos, sintá-se à vontade de fazer sua pergunta em inglês ou em português, ok?

### **Carlos Gomes Lopes**

Vou fazer a pergunta em inglês, obrigado. Mudando de assunto, vocês podem comentar a taxa de imposto, que foi muito baixa, aliás, negativa, neste trimestre? No ano, vocês pagaram 9%. Obviamente, a rentabilidade está baixa e vocês têm juros sobre capital próprio, mas o que vocês esperam para este ano e para o próximo? E, na sequência, gostaria também de ouvir seu comentário sobre por quanto tempo vocês ainda terão provisões dos planos econômicos. Obrigado.

### **Geovanne Tobias**

Obrigado, Carlos. Sem dúvida, o motivo dessa taxa de imposto tão baixa está relacionado ao aumento das despesas de provisão que registramos. Nosso lucro antes dos impostos ficou muito baixo devido às perdas incorridas que contabilizamos e, por isso, tivemos que reconhecer um volume bem maior de créditos tributários, ativos fiscais diferidos. É por isso que nossa taxa de imposto caiu significativamente, chegando a mostrar receita nessa linha. Costumávamos estimar uma taxa média de imposto em torno de 15%. Com essa nova regulação sobre perdas esperadas, e dado o cenário que temos para a carteira agro, vocês devem esperar uma taxa de imposto diferente daqui para frente. Ainda não temos uma estimativa, mas enquanto continuarmos reconhecendo perdas incorridas maiores, teremos esse benefício na taxa de imposto, porque o arcabouço mudou completamente com a nova regulamentação 4966. Olhando adiante, vocês devem esperar uma taxa de imposto mais baixa. Em relação à segunda pergunta, sobre os planos econômicos, é importante destacar que houve uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal prorrogando o prazo para que os clientes negociem com os bancos, todos os bancos, não apenas o Banco do Brasil, sobre os planos econômicos, e existe uma data-limite. Então, pelos próximos dois anos, todos os clientes precisam negociar com os bancos. Acreditamos que, com essa decisão do STF, temos agora um prazo final, que deve ocorrer dentro desses



dois anos, para encerrar esse tipo de provisão relativa aos planos econômicos.

**Carlos Gomes Lopes**

Acho que isso seria junho de 2027?

**Geovanne Tobias**

Será 27. A negociação ocorreu em 25. Essa negociação foi conduzida pela Federação dos Bancos, porque isso atinge todos os bancos. Vai acontecer entre 26 e 27, quando teremos a data-limite final para que todos os clientes impactados pelos planos econômicos possam negociar com os bancos a devolução de seus recursos.

**Carlos Gomes Lopes**

Mas, novamente, isso vai até meados de 27. Vocês esperam esse nível de provisões até lá ou isso deve cair antes?

**Geovanne Tobias**

Em termos de provisões, não sabemos exatamente, porque muitos clientes já faleceram. Estamos tentando dimensionar o tamanho dessas provisões. Já reforçamos alguns volumes, mas vocês devem esperar a manutenção desse ritmo em termos de despesas de provisão. Não esperamos um aumento expressivo nesse volume.

**Carlos Gomes Lopes**

Obrigado.

**Janaína Storti**

Carlos, para este ano, a taxa efetiva de imposto deve ficar abaixo de um dígito.

**Carlos Gomes Lopes**

Certo.

**Janaína Storti**

A próxima pergunta vem do Gustavo Schroden, do Citi.

**Gustavo Schroden**

Bom dia pessoal, obrigado pela oportunidade. Eu queria voltar a uma questão que acho que foi o Vaz que fez, e o Bittencourt comentou. Eu entendi que não existe um limite no montante de renegociação. Na minha leitura da MP, eu entendo que o *funding* para essas renegociações vem via a melhora do índice de capital relacionado às DTAs. O Prince até comentou no início que para cada R\$ 1,00 renegociado, você tem uma melhora, vamos chamar assim, de R\$ 1,00 nas DTAs, dando um alívio de capital. Eu entendo que existe uma limitação, que seria as DTAs disponíveis para você poder usar. A gente fez uma conta em



um relatório recente e a gente chegou em um número entre R\$ 25 e R\$ 29 bilhões de DTAs disponíveis que poderiam ser utilizadas nesse programa incluído na medida provisória. Então, eu só queria confirmar aqui se esse raciocínio está certo, que existe sim um limite relacionado à melhora de capital via DTAs. Porque esse programa precisa de um *funding*, e eu entendo que o *funding* vem via esse alívio no cálculo do capital do banco. E só uma segunda pergunta, eu queria saber mais como seria o tratamento da carteira que já está em RJ. Tem R\$ 6,6 bi em RJ, R\$ 4 bi acima de 90 dias, mas eu entendo que a RJ também tem um tratamento diferenciado de créditos em atraso. No programa de renegociação, eu queria entender se esse montante que já está em RJ pode ser renegociado. Se sim, como ele transitaria contabilmente? Esse montante em RJ não está contemplado no programa de renegociação e já está contemplado nas perdas esperadas? Obrigado.

### **Felipe Prince**

Perfeito, Schroden. Bom dia, obrigado pela pergunta. Você pegou bem. Nós temos aproximadamente R\$ 24 bi que nós podemos renegociar e nos gerarão benefícios de capital em função de ser mais ou menos esse o estoque de créditos tributários e de finanças temporais que a gente pode utilizar. Óbvio que isso traz uma otimização para o *funding*, que é também repassada em condições para os clientes. Mas como o Bittencourt colocou, não tem essa limitação. Esse *funding* é proprietário do banco, ele já está na rua. Obviamente, nós vamos colocar nas nossas métricas de custo financeiro, de possibilidade de alongamento desse *funding* e também de retorno ajustado ao risco para poder ultrapassar esse saldo. O saldo pode ser ultrapassado, ele não tem limitação. O que há, sim, é uma limitação pelo nosso balanço de aproveitamento dessas renegociações em capital. É simplesmente isso, mas a gente, inclusive, tem se preparado para ter condições competitivas a oferecer para os nossos clientes, fazendo toda a nossa gestão de ALM para que a gente possa oferecer, inclusive, além dos R\$ 24 bi. Como desde o começo dessa conferência a gente comentou, esse é o nosso primeiro alvo, mas não necessariamente o último. Com relação às recuperações judiciais, aqui tem uma limitação, não é impedimento, para que a gente faça essa renegociação dentro do processo de recuperação judicial. O que a gente orienta os produtores é que nos procurem porque a gente pode fazer uma negociação que, inclusive, proporcione a saída desse produtor da recuperação judicial e ele possa fazer a adesão à MP. O que não é compatível é o estado de recuperação judicial com a tomada do crédito, porque, como a gente já falou aqui também, não estamos oferecendo essa linha para créditos problemáticos. Estamos oferecendo para produtores que queiram recompor a sua capacidade de pagamento e a sustentabilidade da sua atividade no longo prazo. Bittencourt, se você puder complementar.

### **Gilson Bittencourt**

Acho que três questões, Gustavo. Uma, a gente já tem casos de produtores que estão com recuperação judicial e nos procuraram para ver como eles poderiam sair dessa situação e tentar buscar uma renegociação dentro das linhas que a gente já oferece. São casos pontuais, mas já existem. Segundo, esse ganho de capital é só para os recursos livres. Para o que vem de recursos controlados, ele não vai se aplicar. Hoje, em relação aos recursos livres, o



Conselho Monetário estabeleceu que se pode utilizar recursos próprios dos bancos. Mas há uma expectativa, inclusive para que, nos próximos dias, a gente tenha abertura também para usar recursos de LCA. Isso nos ampliaria, de forma bastante significativa, a disponibilidade de recursos e um custo até menor. Um aspecto que não foi comentado aqui e que vale a pena destacar: dos recursos livres, 30% dessas operações que já foram aprovadas são operações com taxas pós-fixadas, o que não é comum no âmbito do crédito rural. Mas nessa visão de ser um parceiro dos produtores rurais, o banco colocou essa possibilidade, ou seja, eu posso contratar com uma taxa pré-fixada ou uma taxa variável, vinculada ao CDI. 30% desses R\$ 5,4 bilhões já são nessa modalidade, o que para nós ajuda, porque nós vamos controlar ativo e passivo de forma mais efetiva e isso é bom, mas também sinaliza para o produtor que nessa expectativa de redução da taxa Selic, essa redução vai ser concedida ao produtor, contribuindo ainda mais para que ele possa ter capacidade de pagamento nos próximos anos. Mostrando um pouco dessa perspectiva que nós estamos trabalhando numa visão de longo prazo de parceria com os nossos produtores.

### **Felipe Prince**

Só para finalizar, para não te deixar sem resposta, hoje a carteira em recuperação judicial está com provisionamento de 75%, bastante adequado à estimativa de perda que a gente tem. Lembrando que, para aqueles produtores que, inclusive em RJ, que tiverem a disposição de negociar conosco, as portas estão abertas, com a possibilidade, inclusive, de adesão à MP, desde que haja a desistência do processo.

### **Gustavo Schroden**

Perfeito, pessoal.

### **Janaína Storti**

Perfeito, pessoal, muito bem. Lembrando que a gente teve uma elevação grande na RJ, ela sai de R\$ 5,4 para R\$ 6,6 bi num trimestre. Um dos motivos da revisão do guidance foi justamente esse: a gente teve um aumento e teve que fazer provisão além daquilo que a gente esperava. Só para a RJ foi R\$ 1,2 bi, R\$ 1,3 bi. A gente vem construindo um nível de cobertura bastante elevado, dado o risco e o tempo que essas operações também levam para serem definidas e decididas.

### **Felipe Prince**

Para concluir, muito bem lembrado, Jana, como são RJs recentes, a maioria não tem plano aprovado, e não tendo plano aprovado, elas carregam naturalmente para inadimplência. A perda esperada, até por isso, está muito alta e, conseqüentemente, a gente preventivamente faz uma provisão adicional.

### **Gustavo Schroden**

Só um follow-up, a gente já está no meio de novembro. Vocês têm alguma



indicação de como está a evolução do número de recuperação judicial? Deu uma estabilizada ou ele continua crescendo, como foi a linha de outubro?

### **Felipe Prince**

Continua crescendo, embora a gente espere um arrefecimento exatamente pela disponibilização da linha dentro da MP. Estamos investindo fortemente na negociação, e a gente conversa com os pares de mercado. Não tem sido diferente em outras casas, porque agora, com essa solução estruturante, a gente tem um instrumento poderoso a oferecer para os nossos clientes, para que a gente possa solucionar na via negocial.

### **Gustavo Schroden**

Perfeito, pessoal, muito obrigado.

### **Janaína Storti**

Obrigada. Bom, pessoal, caminhando aqui para o final da nossa live, nossa última pergunta vem do Nicolas Riva, do Bank of America.

### **Nicolas Riva**

Muito obrigado, Janaína. Olá, pessoal. Tenho uma pergunta sobre a presença de vocês no mercado internacional de títulos. Em outubro, vocês exerceram a opção de resgate do último instrumento AT1 que ainda tinham no mercado global, mas ainda possuem vários bonds seniores com vencimentos nos próximos anos. Então, gostaria de perguntar quais são os planos de vocês para manter ou não presença no mercado internacional de títulos, e quais são os planos em relação ao refinanciamento desses bonds seniores. Obrigado.

### **Geovanne Tobias**

Obrigado, Nicolas. Temos, sim, a intenção de continuar acessando os mercados internacionais. O motivo pelo qual resgatamos o AT1 é que agora temos um novo tipo de *funding* aqui no mercado doméstico, mais barato. Por isso decidimos reduzir nosso custo de juros no *funding*, mas seguimos interessados em manter esse relacionamento, especialmente no segmento sênior. No momento, não vemos nenhuma nova emissão acontecendo, ok?

### **Nicolas Riva**

Certo. Muito obrigado, Geovanne.

### **Janaína Storti**

Bom, pessoal, a gente finaliza aqui a nossa sessão de perguntas e respostas. Em setembro desse ano, a gente realizou o nosso Investor Day em Nova Iorque, mais um reforço do nosso compromisso com a transparência. Para reforçar ainda mais esse nosso compromisso e aproximação com o mercado de capitais, a gente realizou essa live em conjunto com a APIMEC, e eu tenho aqui comigo a senhora Lucy Sousa, presidente do Conselho de Administração da APIMEC, que vai fazer a entrega do selo de assiduidade. Lucy?



## **Lucy Sousa**

Bom dia a todos, presidente Tarciana, caro Marco Geovanne, demais vice-presidentes, diretores, prezada Janaína, profissional de RI, meus colegas analistas e investidores. É com muita satisfação que a APIMEC entrega o selo de assiduidade de 31 anos de reuniões recorrentes, seja no formato presencial, híbrido ou online, pelo que agradecemos muitíssimo. Destacamos durante todo esse período a transparência, a continuidade das informações, a tempestividade e, por fim, a parceria e o apoio à nossa associação e à categoria ampla dos analistas e demais profissionais de investimento. Então, é isso. Parabéns a vocês.

## **Geovanne Tobias**

Muito obrigado, Lucy.

## **Tarciana Medeiros**

Muito obrigada, Lucy. Para nós é uma honra imensa receber o selo da APIMEC. São 31 anos de parceria, 31 anos consecutivos em que realizamos as nossas reuniões. Eu agradeço pelo importante trabalho da APIMEC, e em seu nome eu agradeço a toda a equipe que faz da APIMEC essa associação tão importante no mercado de capitais. É um trabalho espetacular. Então, Lucy, muito obrigada e estamos muito orgulhosos pelo nosso selo.

## **Lucy Sousa**

Tarciana, eu é que agradeço. Todo sucesso na sua presença na COP em Belém e a todos os profissionais do Banco do Brasil e acionistas também.

## **Tarciana Medeiros**

Muito obrigada.

## **Janaína Storti**

Obrigada, pessoal. Concluo aqui, então, a nossa live e fico à disposição, o time está à disposição para qualquer esclarecimento adicional e até a próxima.

## **Felipe Prince**

Valeu, pessoal. Obrigado.

## **Tarciana Medeiros**

Até mais, pessoal. Muito obrigada.

## **Janaína Storti**

Obrigada.